



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006096

Requerente: Vereador Cleber Rachel

Súmula: Projeto de Lei: que intitula a "Semana do Trote Telefônico".

### RELATÓRIO

Trata-se proposição legislativa, de autoria de vereador com assento nesta Casa Legislativa, que trata de instituir "semana do trote telefônico". Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

### PARECER

A competência municipal para instituir datas comemorativas emana da Lei Orgânica Municipal, que estatui:

*Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)*

*XXXIV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;*

Já a competência da Câmara Municipal para iniciativa de projetos sobre a matéria é fixada pela LOM:

*Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, (...). Grifamos.*

A proposta em exame, portanto, nos afigura revestida de condição de legalidade, considerando que a autonomia legislativa para assuntos de interesse local é garantida pela Constituição Federal, inclusive no que diz respeito a suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, I e II), e levando em conta que a regulamentação da competência legislativa a nível municipal (Lei Orgânica) não contém nenhuma disposição que reserve privativamente ao Poder Executivo a iniciativa sobre fixação de datas comemorativas e eventos municipais, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê *com a sanção do Prefeito*.



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



No mais, não se verifica na proposição qualquer previsão de aumento da despesa pública, nem obrigação ao Poder Público no sentido de efetiva realização de comemoração ou festividade oficial.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode deixar de observar, entretanto, que o projeto *não declina nenhuma data* em que deva ocorrer algum evento ou iniciar a semana de debates. Revela-se nesse aspecto, inócuo, eis que, inexistindo agendamento para que se realizem esses atos numa data determinada, a situação fica em aberto para que isso ocorra em qualquer momento, o que por certo não depende da existência de lei infraconstitucional. A manifestação do pensamento, como se sabe, é livre (CF/88, art. 5º IV).

Ante o exposto, encaminhamos o presente parecer jurídico no sentido de que nada impede prosseguimento da tramitação do processo, com conclusão às comissões competentes na forma regimental, posterior discussão e votação da matéria proposta.

Sapucaia do Sul, 02 de agosto de 2017.

**Pablo José Camboim de Souza**  
Advogado – OAB/RS 50.493  
Matrícula 881

Aprovo o parecer.

**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257